



## Ata Número seis

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2 - Apreciação do Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económico-financeira referente ao primeiro semestre de 2022;-----
- 3 - Apreciação e votação da proposta de ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da empreitada de beneficiação do Museu Carlos Reis/Casa da Lagartixa;-----
- 4 - Apreciação e votação da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2023;-----
- 5 - Apreciação e votação da participação variável no IRS para o ano de 2023;
- 6 - Apreciação e votação sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2023;-----
- 7 - Apreciação e votação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2023;-----
- 8 - Apreciação e votação da 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022; -----
- 9- Apreciação e votação relativamente ao exercício de direito de preferência na venda de 75,76% da quota que detém da Empresa Emequatro; -----
- 10- Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Vaqueirinho e de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia de Silveira de Baixo. -----



**A Senhora Presidente da Mesa** agradeceu a presença de todos e apresentou cumprimentos ao Eng<sup>o</sup> João Marrana e sua equipa e à Dr.<sup>a</sup> Helena Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, anfitriã desta Assembleia. Informou que o Eng<sup>o</sup> João Marrana, presidente do conselho da Administração da Metro Mondego, iria intervir no período antes da ordem do dia. Passou a palavra à segunda secretária, Maria Aldina Martins, para fazer a chamada, e verificar as presenças, justificações de faltas e substituições. -----

**CHAMADA:** -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Paulo Simões Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, e de Artur Jorge Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras que justificou a falta e foi substituído por Rafaela Gonçalves. -----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

**Inscrições:** António Paulo Magro. -----

**António Paulo Magro** usou da palavra dando nota que até ao ano de 2019 havia informação da ERSAR, relativamente ao abastecimento de água, saneamento, resíduos e indicação da perda real de água. No último relatório referente ao Município da Lousã verifica-se uma perda de água de 497 litros de água por dia. O relatório de avaliação relativo a 2020, publicado pela APIN, apresenta parâmetros idênticos ao ano anterior, exceto o valor da perda real de água, que é inexistente. Questionou o **Sr. Presidente da Câmara** como é que se pode obter junto da APIN informação relativamente ao nosso concelho, uma vez que o relatório engloba todos os concelhos, ou se a APIN reporta essa informação a ERSAR. Referiu ainda que, sendo apontados pela APIN três pontos principais de investimento que são água para consumo, o saneamento de águas residuais e os resíduos, como é que se faz a apresentação de um investimento de 467/500 mil euros para obras de água para consumo, saneamento de águas residuais, resíduos e drenagem de águas pluviais, nomeadamente na Rua Joaquim José dos Santos, Rua Padre

AA  
AA



AX  
ap

Manuel Peixoto, Rua João Pedro Tomás Pippa e Fontainhas, quando as águas pluviais não são competência da APIN.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder às questões começando por endereçar cumprimentos a todos, em especial ao Dr. João Marrana Presidente do Conselho da Administração da Metro Mondego, pela sua presença. Em seguida informou que a APIN está obrigada, em termos de enquadramento legal, a reportar a informação e cumpre a lei no que diz respeito a essa divulgação. No que diz respeito às perdas, informou que no universo dos 11 conselhos da APIN, a percentagem média de referência que esteve subjacente, à própria criação da empresa e à apresentação de candidaturas para melhorar a eficiência hídrica, foi de 40%. Informou que neste momento estão a decorrer vários investimentos, que tem a ver com eficiência hídrica e com a renovação de condutas, com o objetivo de baixar gradualmente esta percentagem. Informou que de momento não tinha condições de transmitir qual o valor da perda real de água apurada para o concelho da Lousã. Continuou referindo que os investimentos, neste momento já são em maior número do que os referidos, e que nalguns casos, quer no concelho da Lousã, quer em outros concelhos, em situações que eram tecnicamente impossíveis, foi desenvolvido também o processo de melhoria do encaminhamento das águas pluviais. Tecnicamente é uma situação muito significativa porque permite encaminhar as águas pluviais de forma mais adequada e em simultâneo, implementar a rede de saneamento e renovar a rede de água, intervindo no subsolo uma só vez. Terminou a intervenção referindo que a tramitação deste processo será entre APIN e os Municípios. ----

## 2 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

### 2.1- VOTAÇÃO DA ATA:-----

**A Senhora Presidente da Mesa** colocou à apreciação e votação a ata referente à reunião ordinária que teve lugar a trinta de junho do ano de dois

mil e vinte e dois. Referiu que apenas podiam votar os membros que estiveram presentes na referida reunião. Não havendo sugestões de melhoria ou pedido de correção, foi aprovada por unanimidade, com 18 votos do PS, da Coligação "É hora de mudar" - PPD/PSD.CDS-PP e BE, nos termos do n.º 3 do artigo 34 do Código do procedimento administrativo, estando presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. -----

## 2.2 OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO -----

O Sr. Presidente do Conselho Geral da Metro Mondego, Dr. João Marrana, usou da palavra começando por cumprimentar todos os presentes, seguindo com uma apresentação do projeto de sistema de Mobilidade do Mondego. Começou por uma descrição do Sistema, onde referiu que o BRT /BHLS, é um serviço rápido, fiável, acessível, de elevada capacidade, confortável. A rede é composta por duas linhas numa extensão de 42 km, sendo 12 km em troço urbano e os restantes 30 km em troço suburbano. O sistema de mobilidade terá um canal próprio, em toda a sua extensão, com exceções nos troços HUC – Pediátrico e Mercado- C.M. Coimbra. Os Veículos são elétricos e articulados, com propulsão elétrica, sistemas de apoio à condução e Telemática e SAE. Foram adquiridos 45 veículos mais 5 por opção no valor de 41 M€ de investimento mais 19 M€ de manutenção. As 41 estações existentes, têm um acesso de nível entre a plataforma e o veículo. Os abrigos terão uma dimensão de 9 por 2,1 m<sup>2</sup>, contendo um módulo com Informação Estática, máquinas de venda de bilhetes e validadores. Quanto á frequência estão previstas as saídas em Serpins de 30' em 30'; da Lousã de 15' em 15'; do Corvo de 10' em 10' e na zona urbana de 5' em 5'. Informou também a relevância da integração física e tarifária com outros operadores, quer de sistema ferroviário, quer do sistema rodoviário, o que disponibiliza aos utilizadores uma tarifa que permita utilizar quer o Metro bus, quer o operador rodoviário, quer os Comboios de Portugal, de forma a poder disseminar os efeitos do sistema Metrobus, pelo restante ecossistema de transporte público e por outro

AF  
h  
R



A7  
h  
Q

193

lado garantir que os passageiros são beneficiados pela tarifa implementada. Por último, acrescentou dois esclarecimentos relevantes, em primeiro lugar, que a autoridade de transportes do Metrobus é o Estado português, sendo este o responsável por financiar as infraestruturas e por financiar as obrigações de serviço público. Em segundo lugar informou que recentemente houve uma alteração às bases da concessão, que clarifica quais são as duas concessões que a Metro Mondego têm neste momento para implementação e gestão da infraestruturas, uma por quarenta anos e outra por dez anos, renovável para a exploração do sistema. Neste momento, todas as empreitadas estão lançadas e adjudicadas, uma parte delas já em execução. Relativamente aos veículos, prevê-se que comecem a ser entregues em dezembro e o sistema de bilhética em junho. A primeira fase dos sistemas técnicos será iniciada também em dezembro e é particularmente crítico na medida em que não é apenas o problema da informação ao público e da gestão centralizada do sistema, mas também a questão da sinalização, que garanta uma operação segura em todo o troço suburbano que se quer de via única sendo a expectativa de entrar em operação no final de março de 2024 e depois, até ao final desse ano, por todo o sistema em funcionamento. Referiu ainda o ponto de situação das seguintes obras: "Troço Suburbano Serpins - Alto S. João: Em execução, com algum atraso. Conclusão - 2º trimestre 2023; Troço Alto de S. João - Portagem: consignado - 15 novembro 2021. Conclusão - 4º trimestre 2023; Troço Portagem - Coimbra B, incluindo a remodelação de Coimbra B: consignado 22 setembro 2022. Conclusão - 4º trimestre 2024; Linha do Hospital: consignado em 22 julho 2022. Conclusão - 3º trimestre 2024; Empreitada da Baixa: Consignação - 11 Setembro 2020; conclusão - 3º Trimestre 2023; Fornecimento e Manutenção dos Veículos: Contratado 1 Agosto 2022, fornecimento - 4º Trimestre 2023; Fornecimento e Manutenção de Bilhética: Visto do TdC - Junho 2022; Em execução; Fornecimento - 1º Semestre 2023; Sistemas Técnicos: Contratado - Setembro 2022; Fornecimento - 1º Trimestre 2024; Abrigos: Consignado - 22 Setembro 2022; Conclusão (1ª fase) - Final 2023;



Parque de Material e Oficinas: Contratado – Agosto 2022; Conclusão – Final 2023; Postos de Transformação: Contratado – Setembro 2022; Conclusão – Final 2023. Terminou com a apresentação de várias imagens das obras ao longo do troço. -----

**INSCRIÇÕES:** Santinho Antunes, António Gonçalves, Nelson Lopes, Joel Fernandes. -----

**Santinho Antunes**, usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes em especial ao Sr. Presidente da Administração da Metro Mondego, agradecendo a sua presença. Referiu que a Metro Mondego foi criada por escritura pública em 20 de maio de 1996 tendo como objeto social principal a exploração do metropolitano ligeiro de superfície, que opera nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Louçã. Em 2012, existiu uma adaptação do Sistema de Mobilidade do Mondego aprovado e já em parte construído a um sistema de circulação rodoviária com autocarros elétricos. Questionou se existiu alguma alteração legal ao objeto social da sociedade, uma vez que existe uma diferença entre exploração de veículos metropolitanos e de exploração veículos rodoviários. Mencionou ainda uma notícia do jornal expresso que referia que foram apenas executados 16% dos 57 milhões atribuídos no PT 2020, colocando a questão se vai entrar no PT 2030. Perguntou se já existe visto do Tribunal de Contas referente ao contrato de entrega dos veículos. Ainda sobre os veículos questionou qual o tempo de viagem e transbordo; qual a vida útil das baterias; qual autonomia do veículo e qual a segurança do veículo em caso de derrocada ou acidentes com animais. Atendendo a lotação dos 135 lugares para cada autocarro e ao tempo dos 15 minutos, perguntou se já existe alguma estimativa da procura em horários de ponta. No caso de problemas com o sistema de carregamento quais as opções que o Metro poderá oferecer; quando é que o troço Louçã Serpins poderá ser inaugurado e quais serão os transportes disponíveis, no final das linhas, para transbordo e onde é que eles estarão localizados; quantos



A7.  
h  
g

transbordos são necessários para chegar aos HUC e confirmando-se o encerramento da Estação Nova como é que serão feitas as ligações à Estação Velha. No caso da Lousã perguntou se será necessária a construção de uma estação ou se manterá apenas o apeadeiro; se existe alguma previsão, do local onde poderão ser estacionados os veículos dos utentes do Metrobus; se está previsto um sistema de semáforos para o apeadeiro da Lousã e como é que a articulação do trânsito será efetuada neste local. No que respeita a custos, questionou relativamente às rendas de sede e se foram procuradas outras opções. No caso do viaduto do Arneiro perguntou qual a estimativa do investimento e se foram consideradas outras opções para essa questão. Terminou a intervenção perguntando, se o sistema de mobilidade do Metro Mondego não prevê a subconcessão da operação a privados. -----

**Dr. João Marrana** usou da palavra começando por referir que o que releva não são os estatutos, mas sim são as bases, e estas terão que ser ajustadas na próxima assembleia geral por consequência do decreto lei 21/2022 de 4 de fevereiro. Quanto a notícia do Expresso sobre a execução da obra, informou que esta é de 17%, verificando-se algum atraso no processo, devido a vários fatores, nomeadamente a pandemia. Informou também que o projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego será financiado simultaneamente pelo PT 2020 e pelo PT 2030. Relativamente aos veículos, informou que o concurso foi já adjudicado, foi contratado e será enviado agora para o Tribunal de Contas, a partir daí é que conta para fornecimento dos veículos, estando prevista também a possibilidade de exercer a opção de compra dos veículos adicionais. Estão previstos para operar no sistema 35 veículos, mas com a possibilidade de adquirir mais cinco se eles vierem a ser necessários. Quanto à vida útil das baterias, informou que a manutenção dos veículos inclui as baterias, sendo da responsabilidade do fornecedor substituí-las. A vida útil de um veículo rodoviário desta categoria, é de 15 anos e o que está contratado, é a manutenção dos veículos durante esse tempo, sendo a única exceção os



embates. Quanto à autonomia dos veículos, o que está seguro e exigido no caderno de encargos, é que o fornecedor tem de garantir que em qualquer deslocação, a bateria, chegue ao final da viagem com uma carga superior a 20%. Em termos de segurança existem sensores nos veículos e nas infraestruturas, que permitem detetar alguma situação crítica e obstruções na via. No que diz respeito à relação entre a lotação e a procura, o critério de dimensionamento foi garantir que todos os passageiros, do serviço suburbano, teriam lugares sentados. Quanto aos veículos de reserva o que está previsto é existirem sempre dois veículos de reserva, para poder auxiliar a situações de embate entre veículos, ou a veículos que possam estar a ser reparados. Relativamente a inauguração o que está previsto é que entre em operação o sistema entre Serpins e a Portagem no primeiro trimestre de 2024 e resto da rede até ao final desse ano. Sobre as interfaces, informou que irão haver ligações diretas quer a Coimbra-B quer ao Pediátrico, não sendo necessário transbordo, todas as paragens de suburbano têm serviços diretos para ambos os terminais. Quanto à estação da Louçã, informou que o que está previsto é que exista um abrigo com um espaço para colocar os sistemas técnicos e as máquinas de venda e um outro de grande dimensão para os passageiros, para disponibilização de títulos de transporte e para validação dos mesmos. Informou que não está previsto fazer mais nenhum investimento em estacionamentos adicionais na rede. Quanto a semáforos, estão previstos para todos os atravessamentos rodoviários que existem ao longo do canal. No que se refere a Sede da Metro Mondego, funciona num edifício do IAPMEI, um edifício do estado, com melhores condições e renda mais acessível. No caso do Viaduto do Arneiro, referiu não saber de cor o valor do investimento. Por último, e referindo-se à subconcessão informou que a orientação da tutela setorial é para ser a Metro Mondego a fazer a operação. -----

**Nelson Lopes**, cumprimentou todos os presentes e Parabenizou a Metro Mondego pelo trabalho desenvolvido, que apesar dos atrasos está próximo de



ter um sistema a funcionar. Questionou o **Dr. João Marrana** sobre o intervalo de saída das viaturas de Coimbra para Serpins e se já está a ser feito algum trabalho no sentido de articular aquilo que é o sistema, com os transportes urbanos existentes em cada concelho. -----

**João Marrana:** usou da palavra informando que a frequência de autocarros é simétrica. Ao existir um serviço de meia em meia hora de Serpins para o Vale das Flores, também haverá um serviço de meia em meia hora no sentido oposto. Quanto aos transportes urbanos, informou que a CIM está a lançar um concurso público para o transporte coletivo, no qual está previsto que o operador que venha a ganhar essa concessão, use o sistema de bilhética e o sistema tarifário que se está a desenvolver, para garantir que quem utiliza os sistemas de transporte público rodoviário desse concurso, também possa usar o sistema de mobilidade, os SMTUC e a CP sem ter que pagar mais por isso. ----

**António Gonçalves:** cumprimentou todos os presentes e perguntou qual foi a razão, da sede da Metro do Mondego, não ser na Lousã. Perguntou ainda, qual a capacidade de passageiros, no metrobus, em hora de ponta; e que tipo de sensores serão utilizados. Sobre o reforço dos pilares, questionou o porquê de ser necessário um investimento tão grande, para o reforço dos mesmos. Perguntou ainda, qual o valor que já foi gasto no concelho de administração; se existem passagens de nível a ser anuladas e terminou a intervenção, questionando o porquê das estações da Lousã e Serpins, terem sido entregues ao turismo e se construir um novo abrigo para o metrobus. -----

**João Marrana:** informou que a capacidade aproximada de passageiros por sentido e por hora é de 1800 e acrescentou a título informativo, que o valor máximo de procura, antes da pandemia, entre Coimbra B e Coimbra, em hora de ponta, o valor máximo registado foi de 800 passageiros por hora. Quanto à localização da Sede, está estatutariamente em Coimbra, daí não ter havido



nenhuma alteração de local. Em resposta à questão dos sensores, informou que estes existem nas infraestruturas para detetar a presença de inertes com dimensões críticas e em cada um dos veículos para detetar viaturas e objetos, cumprindo as exigências de segurança decorrentes, quer dos estudos iniciais do LNEC, quer da auditoria de segurança que está neste momento a ser feita. No que se refere ao reforço dos pilares, informou que os pegões da ponte, devido a alguma erosão que terá acontecido ao longo do tempo, de forma análoga, era recomendável que se fizesse o reforço estrutural para garantir que não há risco decorrente da erosão. Quanto dinheiro que já foi gasto na administração, comunicou que essa informação consta nos relatórios e contas da empresa e está acessível ao público e transparente na administração das empresas e do Estado. Continuou esclarecendo que a única passagem de nível que está neste momento a ser apreciada na auditoria de segurança é a da rua de Coimbra, e que não há nenhuma outra travessia que esteja previsto encerrar. Reforçou ainda que se estão a fazer os possíveis para instalar equipamentos e alterações necessárias para garantir condições de segurança, na passagem de nível da Rua de Coimbra, para que esta fique também acessível. Terminou a intervenção dizendo que foi solicitado à Metro Mondego, pelas Infraestruturas de Portugal, confirmação da necessidade de utilização das estações, à qual a resposta foi negativa, uma vez que só serão utilizados abrigos.

O Sr. deputado **António Gonçalves**, retirou-se em forma de protesto, durante o discurso do deputado **Joel Fernandes**.

**Joel Fernandes**, usou da palavra e começou por cumprimentar todos os presentes e referir que o sistema de mobilidade do mondego é um transporte moderno, seguro, confortável e adequado às nossas necessidades, sendo que este transporte será um fator de desenvolvimento para o concelho e para a região. Neste sentido perguntou, se este projeto já é ambicionado também



AJ.  
L  
g

por outros municípios, ou se existe alguma previsão de qual é o potencial de expansão do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego. -----

**João Marrana:** referiu que o que se tem vindo a transmitir a todos os municípios que contactam a metro Mondego e à CIM é que existe boa vontade para ajudar a fazer os estudos que eles entendam relevantes. Contudo o foco é pôr a funcionar um sistema que durante muito tempo funcionou de forma deficiente através dos meios alternativos e neste momento ainda não é oportuno nos desfocarmos do que é essencial.-----

**A Senhora Presidente da Mesa,** agradeceu Assembleia, a presença da Metro Mondego e todas as informações e esclarecimentos prestadas. -----

**Correspondência:** -----

**A Senhora Presidente da Mesa** deu conhecimento à assembleia de que foi rececionado o seguinte expediente: e-mail da Srª Geni Correia relativo a cobranças de taxas diárias de estacionamento. E-mail este que foi também enviado ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara.-----

**A Senhora Presidente da Mesa** informou que nos termos do regimento Municipal em vigor, foram rececionadas duas recomendações e uma moção apresentadas pelo grupo municipal coligação PSD CDS, que oportunamente, foram remetidos a todos os membros da assembleia, a fim de serem apreciados e votados, nesta sessão. -----

**MOÇÕES-PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES** -----

**Santinho Antunes,** da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP apresentou a recomendação "Revisão das Cartas Desportiva e Carta Educativa da Lousã". Documento que por ser extenso se dá por integralmente



reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc.n. °1 (um)).-----

**INSCRIÇÕES:** Marco Sequeira -----

**Marco sequeira** usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos. Referindo-se à recomendação apresentada sobre a Carta Educativa e a Carta Desportiva citou: *"que as mesmas irão ser tratadas no âmbito da CIM. A CIM deu prioridade à Carta Social e de seguida irá avançar com a Carta Educativa e por fim a Carta Desportiva. No caso da Carta Social - a mesma já terá em conta diversas dimensões, nomeadamente os equipamentos intermunicipais. Relativamente à Carta Educativa já será adaptada à nova realidade - nomeadamente a descentralização de competências. No que diz respeito às opções estratégicas do município para o desporto, recomendamos ao executivo que faça o seu trabalho habitual de parceria - à semelhança de outras opções estratégicas que têm vindo a ser tomadas (como por exemplo na juventude) - e que reúna com as associações e clubes desportivos de forma a que os mesmos possam dar os seus contributos para a discussão e atualização do documento. O Grupo Municipal do Partido Socialista também concorda que é do interesse desta Assembleia estar informada relativamente ao ponto de situação destas cartas. No entanto, não concordamos com a criação de uma comissão permanente. Todos os membros da Assembleia poderão solicitar informações relativamente ao assunto através da Presidente de Mesa. Por último, o Grupo Municipal do Partido Socialista também não se revê em algumas das afirmações presentes na recomendação apresentada e, por este e pelos motivos anteriormente referidos, votará contra."* -----

Colocada a votação a recomendação "Revisão das Cartas Desportiva e Carta Educativa da Lousã" a mesma foi reprovada com 16 (dezasseis) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro

A7.  
h  
g

membros eleitos. -----

**A presidente da Mesa**, interveio para comunicar que a recomendação – “Por um processo de reversão das freguesias rigoroso e apoiado”, vai ser discutida e votada na Assembleia, no entanto, ela assenta num pressuposto errado e que convém esclarecer antes da discussão e citou o que consta da carta de recomendação no último parágrafo: *“atendendo a que o acompanhamento e a responsabilidade de todo o processo de criação de freguesias é de inteira responsabilidade da presidente da Assembleia Municipal”*. O acompanhamento e a responsabilidade, de todo o processo de criação da freguesia não é da responsabilidade da presidente da Assembleia Municipal. Citou ainda: *“É bom que não haja dúvidas de que não se altere o que vem consubstanciado na lei e que passo a citar, “tem competências para apresentar uma proposta de criação de freguesia, ou um terço dos membros do órgão deliberativo da freguesia ou então através do número de eleitores no recenseamento eleitoral da freguesia de origem, depois de apresentado este pedido de criação da freguesia”. Nos termos da lei o presidente da Assembleia de Freguesia solicita ao órgão executivo da Junta um parecer; a proposta é depois apreciada na reunião da Assembleia de Freguesia convocada para o efeito; Depois de aprovada a proposta e remetida para apreciação da Assembleia Municipal e depois disto, a Assembleia envia, a solicitar, à Câmara Municipal um parecer sobre a proposta de criação da freguesia. Posteriormente, então, regressa à Assembleia Municipal para ser alvo de eventual aprovação.”* -----

**Santinho Antunes**, da Coligação “É hora de mudar” PPD/PSD.CDS/PP apresentou a recomendação “Por um processo de reversão das freguesias rigoroso e apoiado”. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc.n. °2 (dois)) -----



**INSCRIÇÕES:** Helena Correia-----

**Helena Correia usou** da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos e citou: "Como é do conhecimento da AM, foi criado um grupo de trabalho para apresentação de proposta de reversão das freguesias de Louçã e Vilarinho. Este grupo tomou posse na AF e está já na rua, junto das pessoas, em reuniões locais de auscultação da população. Assim, esta recomendação não faz sentido e parece até ser uma desconsideração pelo trabalho que já está a ser desenvolvido. É claramente uma ingerência já que estamos a falar de autarquias distintas, sem dependência hierárquica e revela um desconhecimento ou má interpretação da legislação em vigor no que diz respeito ao assunto em questão e ao processo que irá levar à apresentação de proposta de desagregação das freguesias de Louçã e Vilarinho. Mais, considero ainda que qualquer proposta de alteração da presente lei poderá ser prejudicial ao processo, podendo, no limite, comprometer a sua boa prossecução e o bom andamento da apresentação dos diferentes projetos de desagregação" -----

**Santinho Antunes** interveio para esclarecimento da referida proposta dizendo que o que se pretende é ajudar e não deturpar a situação. O que se está a recomendar é que se apoie esta comissão da melhor forma possível e que tenham cuidado quando enviarem isto para diário da República. A perceção que tiveram, é uma má interpretação ao que foi dito, porque não se referiu ao trabalho da Assembleia de Freguesia, mas sim à parte final do processo. -----

Colocada a votação a recomendação "Por um processo de reversão das freguesias rigoroso e apoiado" a mesma foi não aprovada com 16 (dezasseis) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

A7.  
h  
g

**Daniela Guerreiro**, da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP apresentou a moção "Transmissão em direto das Reuniões da Assembleia Municipal da Louçã". Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. n.º3 (três)) -----

**INSCRIÇÕES:** António Gonçalves, João Santo e Joel Fernandes -----

**António Gonçalves** usou da palavra cito "para fechar esta questão das moções, Sr.ª Presidente, tenho de lhe dizer que quanto mais falam no assunto, mais perdem, e nesta história das moções vocês perderam. E tem a história dos Fontenários, os senhores chumbaram a moção e agora andam a arranjar os fontanários. Mas o que me traz aqui é a questão do Facebook. Ou foi surpresa para os Lousanenses a questão da presença do senhor administrador ou então foi um verdadeiro fiasco. Não se viu ninguém do público. É mais uma prova que devemos transmitir as assembleias municipais pelo Facebook para que toda a gente possa ver". -----

**João Santo** cumprimentou todos os presentes e citou: "Relativamente à questão da transmissão áudio e vídeo destas sessões, eu penso que é sempre mau conselheiro a opacidade da democracia e penso que era importante continuar a prestar esse serviço à população, aos munícipes e por isso quero aqui manifestar que o Bloco de Esquerda irá votar a favor desta moção. Precisamente a favor de uma aproximação dos munícipes ao próprio sistema político e autárquico, de forma a que seja garantida a maior transparência de todos os processos democráticos que este nosso regime defende". -----

**Joel Fernandes** interveio dizendo, que antes do covid não existiam transmissões desta assembleia, no entanto, a questão das transmissões já tinha sido discutida em anterior comissão de regimento. Neste momento a comissão de



regimento, está a discutir este assunto, existindo um trabalho profícuo, onde foram apresentadas propostas, se debateram várias questões técnicas e de aplicabilidade de como é que se irá fazer. Informou Não poderem de consciência votar uma moção, que obriga imediatamente a fazer uma coisa que ainda está a ser discutida, como tal, iremos votar contra. Entendemos que a transmissão on-line, a Plataforma a utilizar e os modos em que será transmitida, será discutida em comissão do regimento e será essa comissão a apresentar à Assembleia Municipal para sua validação ou não. Independentemente da questão, o que concordamos é na aproximação dos cidadãos à democracia. -----

Colocada a votação a moção "Transmissão em direto das Reuniões da Assembleia Municipal da Lousã". a mesma foi reprovada com 15 (quinze) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

**INSCRIÇÕES:** Maria Antunes, António Gonçalves, Santinho Antunes, Pedro Santos, Joel, Patrícia Ramalheiro, Carolina Cabral, Ana Bandeira e Helena Correia. -----

**Maria Antunes**, interveio cumprimentando todos os presentes e citou: "O início do ano letivo pressupõe necessariamente refletir, avaliar, mas também perspetivar, delinear e redesenhar vontades e desafios articulados com objetivos, programas e metas, envolvendo de forma empenhada toda a sua comunidade educativa. Assim, e olhando para a nossa realidade, para a educação e para as escolas do nosso concelho, deparamo-nos com diversas questões que a nós, grupo municipal É HORA DE MUDAR, muito nos preocupa e que em nada beneficiam a educação e a comunidade, nomeadamente obras da Escola EB 2. Consideramos as mesmas tardias, prolongando-se num

Antunes  
R



A7.  
h  
a

timing de todo indesejável. Um início do ano letivo, revelando desarticulação e desorganização entre as diversas entidades envolvidas, constituindo um fator de instabilidade e intranquilidade para a sua comunidade escolar. Obras de requalificação da Escola Secundária da Lousã, as mesmas continuam a marcar um indesejável compasso de espera, encontrando – se agora na fase de elaboração do contrato de prestação de serviços para a elaboração do projeto de execução da referida obra. De sublinhar ainda que este novo projeto engloba obras que não estavam contempladas no anterior, como um espaço de recreio, entre outras. Aspetos que na nossa opinião, são indicadores que, todo este processo tem sido malconduzido e acompanhado. Deste modo, e considerando a urgência e a pertinência das mesmas, aliadas à indefinição e à morosidade que temos vindo a assistir ao longo deste processo, este ponto adquire particular apreensão e atenção da nossa parte. Escassez de equipamentos e recursos humanos, sobretudo recursos educativos e especializados direcionados para dar respostas assertivas e sistemáticas às crianças e jovens que deles necessitam. Com particular destaque para os alunos com necessidades educativas especiais que como todos penso que sabem, constituem um número muito significativo e até crescente no nosso concelho. De referir ainda aspetos transversais a todas as escolas do nosso país e que constituem um sinal claro de políticas e prioridades erradas e mal identificadas, onde se destaca a constituição de turmas demasiado extensas, corpo docente envelhecido e desmotivado, falta de professores, programas extensos e com conteúdos desajustados, entre muitos outros. Transferência de competências da educação para as autarquias. Considerando que este processo já foi implementado, gostaríamos de questionar como este está a decorrer e se o valor atribuído a esta câmara é suficiente para dar resposta às necessidades já identificadas das nossas escolas. Por último, gostaríamos de sublinhar que todos estes pontos anteriormente referidos constituem, por si só, aspetos inibidores da qualidade, estabilidade, sucesso e equidade. Mas ao serem contextualizados numa sociedade que se prevê a muito curto prazo,



mergulhe numa crise económica e social grave e profunda, ganham particular relevância. A coligação PPD, PSD e CDS-PP. É HORA DE MUDAR. Está consciente que esta crise irá também ter consequências graves e de elevada complexidade na educação, exigindo por isso respostas assertivas, estruturadas e suportadas em rede pelas diversas entidades envolvidas." -----

**Patrícia Ramalheiro** tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e interveio citando " O início de um novo ano letivo, traz consigo sempre grandes desafios, reflexões, reestruturações, inseguranças, mudanças e principalmente Investimentos. Continuamos a apostar no sucesso das nossas crianças e jovens do concelho. Atravessamos tempos difíceis, mas intensificámos a comunicação entre autarquia e agrupamento de escolas de forma a dar continuidade a todo um trabalho desenvolvido com a comunidade escolar. A área da educação continua a ser uma área prioritária de intervenção e foram feitos investimentos para este ano letivo que se encontram inseridos nas políticas educativas do município tais como: Entrega de cadernos/fichas de atividades aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, assim como material escolar aos alunos abrangidos pelos escalões A e B; investimento de 1 milhão e 200 mil euros em refeições e transportes escolares; o fornecimento diário de refeições escolares representa um investimento da autarquia de 850 mil euros para além do investimento de 80 mil euros nos programas de lanches escolares e de fruta escolar; os transportes escolares que ascende aos 350 mil euros para este ano letivo, inserido no plano de mobilidade da Lousã. Para além dos transportes regulares contemplados para os estabelecimentos de ensino do concelho, estão previstos também transportes especiais casa/escola em parceria com a ARCIL. Atribuição de apoio à ARCIL no valor de 60 mil euros para as estruturas de ensino diferenciado/estruturado/ centro de atividades do agrupamento de escolas, tendo como objetivo garantir o funcionamento destes serviços de apoio aos alunos. De salientar que estes investimentos se encontram inseridos nas políticas educativas do Município, reforçando assim o

pt  
b  
a



A7.  
Lg

posicionamento da Lousã como território inclusivo. As várias respostas que a autarquia presta nas áreas da educação e da ação social permitem que as famílias continuem a ter um acompanhamento adequado para os seus filhos. Foram assinados protocolos com entidades locais que prestam apoio às famílias na ordem dos 315 mil euros, de forma a garantir serviços nomeadamente de atividades de tempos livres, atividades de apoio à família, atividades de enriquecimento curricular, projetos educativos. Continuamos a investir na educação das nossas crianças e jovens do nosso concelho, e por isso mais uma vez a Lousã foi distinguida com o prémio Autarquia do Ano na categoria da educação e subcategoria de incentivos ao sucesso escolar." ----

**Carolina Cabral** começou por cumprimentar todos os presentes e usou da palavra referindo que a comissão criada para efeitos de revisão do regimento municipal tem falado da transmissão em direto, tem tentado criar normas que a definam e que a rejam e ela tem sido sim uma pedra basilar nesse trabalho. Contudo questionou qual foi o regimento que permitiu as transmissões em direto na altura da covid, acrescentando que as medidas especiais valem para tudo. Continuou expondo que passado um ano de mandato da AM se continua com o velho regimento de há quatro anos. Citou: "Desde aí, houve uma pandemia, o início de uma guerra na Europa, cujos contornos ainda não sabemos quais serão e umas eleições que deram uma maioria absoluta ao PS nacional. Não deixa de ser curioso que no município da Lousã observamos uma realidade em contraciclo com os resultados nacionais e o PS governa atualmente a Lousã com menos dois vereadores, com uma margem mínima de quatro /três. Isto a propósito, porque no dia 26 de setembro fez um ano que tudo isto aconteceu e esta assembleia Municipal, com a sua mesa e com um grupo do Partido Socialista maioritário, continua a reger-se por um regimento que já não se adequa à nova realidade deste órgão. Nesta ausência de revisão, e principalmente por esse motivo, foi apresentada uma moção sobre a transmissão em direto das sessões da AM, que foi como já se previa e



infelizmente não aprovada pelo Grupo Municipal do PS. Ainda não conseguiu a Comissão de revisão do Regimento Municipal concluir tais trabalhos, porque nos parece que foram interrompidos, estando até ao momento numa total ausência de novas convocatórias para o efeito. Continuou citando: que urge tratar da conclusão desta revisão e, entre outras questões, aprovar um conjunto de orientações que venham, no fundo, permitir essa transmissão de todas as sessões ordinárias e extraordinárias deste órgão. Este grupo municipal do PSD reclama que exista um articulado sobre esta matéria sem que nos tentemos esconder a hipotéticos problemas de salvaguarda do RGPD. Por exemplo, e a título construtivo, porque acho que isto foi falado em comissão e falámos também relativamente a isso, uma das situações que poderia aliás salvaguardar, seria com uma autorização por que havia intervenção do público em geral para poder fazer cumprir este regulamento, sem prejuízo, inclusivamente, de outras opções e de outra discussão e de outras soluções para esta situação, fazendo se cumprir esse regulamento, mas não pecando por defeito naquilo que deve ser a transmissão em direto nas assembleias municipais. O PSD reconhece a utilidade e essencialidade de tais transmissões e acreditamos que elas contribuem não só para a proximidade dos nossos munícipes, mas principalmente para a sua formação cívica e política. Realçamos que todas as formas de fazer chegar a AM aos nossos munícipes são ainda insuficientes e vão pecar sempre por defeito." Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, solicitou esclarecimentos relativamente à Escola da Floresta e ao fim de prazo para candidaturas. Em relação ao Polo da Lousã pediu que fossem prestadas informações sobre, quais os cursos em inscrição, quantas inscrições até ao momento e qual o custo para a autarquia da disponibilização das salas. -----

**Pedro Santos** tomou da palavra e cumprimentou todos os presentes, questionou o Executivo relativamente ao ponto em que se encontra o projeto para ampliação do centro de saúde da Lousã. Num segundo ponto,

F  
A  
R



AJ.  
B  
G

reconheceu e elogiou a prontidão na resposta às inúmeras ignições que aconteceram este verão no nosso concelho, a todos os atores e alocados ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, designadamente as corporações de bombeiros do concelho, que tiveram um papel preponderante e competente. Afirmou ainda que nunca duvidou da capacitação e competência de todos os intervenientes, e mesmo que nos tempos atuais já não se considere a existência de uma época normal de incêndios, desejou que os resultados agora alcançados se mantenham.

-----

**António Gonçalves** solicitou ao Sr. **Presidente da Câmara** uma explicação sobre a Volta a Portugal ter passado uma hora mais cedo do que o previsto e quem foi o responsável por esta situação. Referiu-se às rotundas da entrada da vila congratulando-se pelo estado em que se encontram, ao contrário do jardim do edifício dos Paços do Concelho, que afirmou estar mal cuidado. Mencionou ainda a existência de 14 outdoors, na rotunda do monumento de Homenagem à Louçã que afirmou estarem ilegais uma vez que as taxas pagas pelas empresas que exploram esses outdoors é zero, acusando o Sr. **Presidente da Câmara** de ser o responsável desta situação. Referiu ainda que o caminho do castelo está abandonado e que os passadiços estão cada vez mais miseráveis. Questionou ainda, o **Senhor Presidente** sobre em que local se encontram os quadros de Luís Nogueira, e sobre quem os valorizou em 7.500 €. Referiu-se ainda às viaturas, do Município, Renault 4L dizendo que estas não oferecem condições de segurança aos funcionários que as utilizam. Manifestou a sua discordância quanto ao horário de encerramento da Câmara Municipal ser às 15h00. Finalizou a intervenção, criticando a presença da Senhora Vice-Presidente na inauguração, da exposição dos 100 anos de luta do Partido Comunista Português, no Museu Dr. Louzã Henriques, argumentando que sendo o Partido Comunista um apoiante da Rússia, esta exposição não deveria ter presença municipal. -----

-----



**Ana Bandeira**, cumprimentou todos os presentes e interveio citando: "Inseridos na Semana Europeia do Desporto assinalaram-se inúmeras e diversas iniciativas desportivas dirigidas a todas as faixas etárias e gratuitas, divulgadas amplamente nas redes sociais e com uma adesão excelente, por parte dos lousanenses. Nas nossas ruas, trilhos, equipamentos desportivos e espaços de lazer são visíveis diariamente pessoas na sua prática desportiva. Só prova que o investimento que é feito anualmente no apoio as associações desportivas e na manutenção e gestão dos equipamentos desportivos ao seu dispor, têm vindo a surtir efeitos e que a nossa população é participativa, contribuindo para um estilo de vida saudável e para a conquista de prémios em competição que são reconhecidos pelo Executivo, regularmente. O investimento em 2022 de 167 mil euros no apoio a Clubes e Associações Desportivas representa um aumento de cerca de 20.000 euros em relação a 2021, ano em que apesar da pandemia e da suspensão das atividades foram mantidos os apoios – facto que possibilitou a sobrevivência de muitas destas associações. O apoio pela autarquia no transporte e na realização de eventos permite que a prática desportiva no concelho seja uma realidade, desde as camadas mais jovens até aos nossos séniores que se orgulham de ser incluídos nas atividades desenvolvidas. Pudemos constatar isso no Encontro de Gerações. -----

**Santinho Antunes** tomou a palavra e começou por fazer um reparo às transmissões on-line das reuniões, afirmando que a passada Assembleia foi 30 de junho de 2022, e a lei previa que até 30 de junho de 2022 deveria ser transmitido por videoconferência, o que não aconteceu, não tendo sido cumprida a lei. Quanto às propostas reprovadas do PSD, mencionou que no caso da proposta de alteração de horário da Biblioteca, foi votado contra, mas o horário foi alterado; a requalificação das fontes e fontanários foi votado contra, e começou a requalificação dos mesmos. Votaram contra no convite ao presidente da Metro Mondego e esteve presente hoje. Continuou

AG  
K  
AR

AA  
A  
Q

afirmando que o problema é quando votam a favor, porque votaram a favor na moção do centro de saúde e está tudo igual. Afirmou que no caso do centro de saúde, continuam questões por resolver, médicos de família por atribuir, contratos de trabalho para o resolver e a questão com elevador que deve ser resolvida de forma urgente. Questionou quando é que estas situações vão ser resolvidas. Perguntou qual é a estimativa para a conclusão da ciclovia que devia ter terminado no passado dia 30 de junho e qual o ponto de situação das obras do cineteatro. Quanto a AGIF, referiu que numa entrevista ao Primeiro Ministro, em 25 de janeiro de 2022, sobre a Concentração de organismos públicos em Lisboa, o mesmo disse que a AGIF tem a sua atividade normal na Lousã, contudo uma outra notícia sobre o mesmo assunto refere que a criação da agência é mais uma história do centralismo português, sendo a Lousã um cenário, uma vez que todas as decisões continuam a ser exercidas em Lisboa. Referiu ainda que consultado o site, verifica-se que a sede é na Lousã, mas o número de contacto é de Lisboa e, a caixa postal é na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Terminou a intervenção perguntando se é verdade que estamos apenas perante um cenário e as decisões continuam a ser tomadas em Lisboa.

**Helena Correia**, usou da palavra e citou: *“vou fazer um resumo do que o grupo de trabalho, para apresentação de proposta de reversão das freguesias de Lousã e Vilarinho tem feito. O critério deste grupo de trabalho foi a auscultação da população nos diversos lugares e neste momento já decorreram reuniões com expressiva adesão das pessoas nos lugares de Casais, Boque e Prilhão. O calendário teve divulgação nos meios de comunicação social e também locais junto das pessoas, quer do lado de Vilarinho, quer do lado da Lousã. Estas reuniões vão continuar sempre aos fins de semana, feriados, final de tarde e noite. Dizer vos também que o Executivo*



apoia o trabalho do grupo e que já foi pedido apoio à Câmara Municipal, prontamente atendido, nomeadamente na questão da cartografia." -----

**Joel Fernandes** usou da palavra para esclarecer que na anterior intervenção, se expressou mal, pois a ideia que ficou era que teria sido ele a propor à anterior comissão de regimento a questão das transmissões on-line, e não foi nada disso que aconteceu, o que eu quis dizer é que também deu contributos nessa comissão. A fazer um ano do ato eleitoral, saudou todos aqueles que se apresentam em eleições, com ideologias e tendências políticas diferentes. Quanto às obras da EB2, referiu que apesar de não estarem concluídas aquando do início do ano escolar, principalmente a entrada da escola, e não sendo este assunto estranho ao grupo municipal do PS, verificou-se o esforço que foi feito para que se causasse o mínimo transtorno possível à comunidade educativa. Realçou ainda o civismo com que alguns pais encararam o assunto, na maneira como se adaptaram para deixar os seus filhos na escola. Finalizou dizendo que o PS Louçã votou contra uma moção porque não concordava com o conteúdo e como foi apresentada, não votou contra uma ideia nem um propósito. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes por se referir às obras relativas à entrada da Escola Básica 2. Informou que as mesmas foram, previamente, articuladas com a direção e dadas a conhecer a vários elementos da comunidade educativa, nomeadamente a Associação de Pais daquela Escola. As obras não ficaram concluídas para o início do ano letivo e foi em conjunto com a direção do agrupamento de escolas que se implementaram as medidas necessárias à diminuição dos transtornos que esta situação origina. Acrescentou que estas obras resultam de uma situação identificada já há algum tempo e que têm como objetivo melhorar as condições de acesso àquela escola, desde logo na melhoria do acesso pedonal e rodoviário, com a inclusão de uma via de



AF  
h  
g

tomada e largada de crianças, que permitirá que o trânsito flua normalmente. Esta obra inclui também a alteração do posicionamento da entrada, permitindo uma entrada de acordo com o identificado pela comunidade educativa e expressado à Câmara Municipal pelo agrupamento relativamente à melhoria da circulação das crianças e jovens. Relativamente à questão das obras da Escola Secundária, informou que a reformulação do projeto está em fase final e o trabalho está a ser desenvolvido de acordo com os timings que estavam definidos assegurando a Câmara as condições de posicionamento para o momento em que se perspetiva essa abertura de candidatura. Relativamente a novos itens, informou que estão a ser resolvidas algumas questões que devido aos critérios da anterior candidatura, não tinha sido possível resolver da melhor forma, nomeadamente o que se refere às captações que na anterior candidatura não podiam ultrapassar uma determinada percentagem do valor global da candidatura. Esta nova candidatura permite uma maior amplitude de intervenção, desde logo, os custos padrão e alguns outros critérios, em termos dos montantes que podem ser afetos a determinadas rubricas, serão mais apropriadas para uma intervenção mais efetiva e adequada à necessidade daquele equipamento escolar. Relativamente à escassez de recursos humanos e meios pedagógicos, com especial ênfase ao ensino especial, informou que o Município da Louçã investe anualmente um montante significativo do ponto de vista financeiro e dá resposta a várias situações e projetos relativos a estes alunos. Mencionou ainda que os recursos serão sempre escassos, mas não será por acaso que muitos pais e muitas famílias escolhem o concelho da Louçã, nomeadamente tendo crianças e jovens com esta necessidade de acompanhamento. Relativamente ao processo de transferência de competências e no que diz respeito à tramitação e à integração funcional de recursos humanos está a decorrer com tranquilidade. Foi trabalhado um processo de delegação de competências no próprio agrupamento para que, esta transição fosse respondida com máxima naturalidade, nomeadamente no que diz respeito à



resposta à comunidade escolar e em particular às crianças e jovens. Relativamente às verbas, informou que são monitorizadas diariamente, mas só com a evolução do ano letivo se poderá verificar, quais são os consumos mais substantivos, nomeadamente no que diz respeito à energia. Fruto deste processo negocial, as condições de base já são melhores e aquilo que é o compromisso é que tudo o que for evidenciado com diferencial negativo para os municípios, será correspondido pelo Estado Central através de fundos de Descentralização com base no Orçamento de Estado de cada ano. No que diz respeito à Escola da Floresta, o que está em vigor neste momento são cursos designados CTESP e depois avançarão as pós-graduações. Informou que está a decorrer o período de inscrições e recordou que a questão pedagógica das inscrições e todo o processo é, uma incumbência do Instituto Politécnico. Relativamente aos custos de instalação, informou que irão ser feitas as adaptações necessárias em função da evolução do processo, sendo que neste momento ainda não há qualquer custo decorrente deste projeto. No que diz respeito ao projeto do segundo edifício do Centro de Saúde, o município entende que este vem complementar o edifício já existente, tendo o processo de contratação pública já decorrido, estando agora a aguardar uma reunião com a empresa contratada, a Câmara Municipal e o responsável do Departamento de Projetos da Administração Regional de Saúde de Coimbra, que servirá para a repetição de base a todo o projeto e que tem como objetivo complementar as áreas de trabalhos do Centro de Saúde da Lousã e permitir outras especialidades e o alargamento da carteira de serviços. No que se refere à passagem, adiantada, da Volta a Portugal é uma questão meramente organizacional, os horários são previstos, contudo podem adiantar ou atrasar, sendo um assunto que ultrapassa até a própria organização da Volta a Portugal. Relativamente aos quadros de Luis Nogueira, informou que foram comprados com base em informações técnicas que validaram a pertinência da aquisição e o respetivo valor, e complementam um conjunto de obras, mesmo autor, que já eram propriedade da Câmara. As



AT  
S  
P

referidas obras encontram-se nos serviços afetos à Unidade de Cultura da Câmara Municipal. Relativamente às questões de funcionamento do Centro de Saúde, está a ser feito o devido acompanhamento e quanto à questão do elevador não está resolvida, pelo facto de não ter sido possível obter a peça específica. De acordo com a informação prestada pelo diretor executivo do ACES, espera-se que nos próximos dias essa situação possa ser resolvida. Informou ainda que a Câmara municipal continuará a acompanhar este processo e no qual tem verificado o empenho do ACES nomeadamente na rápida resolução de normalização dos cuidados de saúde à população. Registou com desagrado a prestação de cuidados de saúde da população que infelizmente ainda não foi normalizada como a população merece. Respondendo à questão da ciclovia, informou que existem duas empreitadas, uma que engloba a entrada da Escola EB 2, que está em desenvolvimento e com prazo contratualizado com a empresa até dezembro, e outra que diz respeito à obra do interfaces que vêm desde a zona da Cruz de Ferro até à estação da Lousã está parada desde o dia 4 julho e serão retomados os trabalhos no dia 3 de outubro. Quanto às obras do cinema, estão neste momento a decorrer de forma mais célere e em relação ao prazo final da obra, informou que, do ponto de vista administrativo, tratamento processual e naquilo que diz respeito à reprogramação física e financeira da obra, o processo encontra-se em fase final, perspetivando que nos próximos dias conseguiremos ter, até do ponto de vista processual e formal, uma ideia mais clara e segura relativamente ao prazo de conclusão. Referindo-se a AGIF informou que está em funcionamento, que é uma entidade com a qual a Câmara mantém contacto, e na qual o Responsável da Agência marca presença semanalmente. Em resposta a questão do encerramento dos serviços às 15h00, reconhece que nalgumas questões pode ser limitativo, contudo este horário é pelo facto de ter funcionamento contínuo. Terminou a intervenção, informando que relativamente à publicidade, já se deveria estar



um pouco mais adiantado no que diz respeito à regulação da instalação daqueles equipamentos. -----

**PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 5 (cinco)).-----

**INSCRIÇÕES:** Maria Franca, António Gonçalves João Curvelo, Sérgio Pedroso e Joel Fernandes.-----

**Maria Franca**, apresentou cumprimentos a todos, iniciou a sua intervenção referindo que o Regulamento Municipal de Gestão de Povoamentos, Arbóreos e Arbustivos de Espaços Verdes do município da Lousã é um instrumento normativo e tem como objetivo contribuir e regulamentar as várias intervenções inseridas no projeto arbóreo e arbustivo, para tornar viável a sua execução, considerando e respeitando fundamentalmente as condições climáticas, o ambiente, a ecologia, a sustentabilidade, o património arbóreo e arbustivo. O grupo parlamentar do PSD, já há uns meses, deu o seu contributo para a execução do mesmo e gostaríamos então de obter a informação sobre o seu desenrolar e prazo de concretização. Referindo-se ao Jardim na Câmara, concordou com a intervenção do deputado António Gonçalves e reafirmou que, este, está muito desprezado e não tem o glamour que já teve há muitos anos. E citou *"...vamos considerar, entretanto, que o senhor vai contratar um engenheiro paisagista, e bom técnico neste sector da jardinagem para realmente tentar salvar aquilo que é o nosso património"*. No âmbito ao POSEUR focou o sistema da mobilidade do Mondego e a aplicação de um sistema Metrobus ao abrigo deste programa, manifestando com agrado a presença do senhor Presidente da Metro Mondego para prestar esclarecimentos. Questionou o Sr. Presidente de como se encontra o controlo das invasoras nos diversos povoamentos florestais. Qual o ponto de situação de

*Handwritten signature or initials.*

Ar.  
g

Formação na área do controlo das invasoras por entidades públicas/privadas, associações do concelho e até particulares, para que a metodologia adotada fosse a mesma, e quantas reuniões já existiram com organismos da área florestal, sobre este tema. Terminou a intervenção, questionando sobre programas de formação, a funcionários da Câmara, no âmbito da jardinagem, na aplicação de fitofármacos e podas. -----

**António Gonçalves**, interveio referindo-se à falta de resposta pelo Sr. Presidente da Câmara às suas questões sobre os outdoors e sobre as Renault 4 L, solicitou ainda informação do local onde estão expostos os quadros de Luis Nogueira. Continuou lembrando que no anterior mandato, sugeriu a colocação de uns semáforos junto aos bombeiros, de modo a evitar constrangimentos aquando das saídas de emergência, sugestão aceite pelo senhor presidente, mas que nunca foi colocada em prática. Sugeriu ainda o recuo da cancela existente entre os bombeiros e a antiga panificadora da Lousã. Questionou a situação da segurança da EN342, junto a estação de serviço da zona industrial e se existiu algum reforço desta situação junto das Infraestruturas de Portugal. Terminou a intervenção solicitando informações sobre a situação da Quinta das Nogueiras. -----

**João Curvelo**, cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção fazendo dois apelos ao partido socialista, o primeiro que sempre que votem contra uma moção, refiram se concordam com alguma ideia que conste da mesma, para que se possa apresentar uma moção conjunta, que todos concordem. O segundo apelo foi sobre o bom senso e referiu que a gestão autárquica, é muito pouco ideológica, fazendo-se com bom senso e com gestão técnica de qualidade, o que não aconteceu, ao não ser aprovada pelo PS, a moção, das transmissões em direto. Continuou mencionando que no Relatório Anual dos Serviços da Água e Resíduos de Portugal de 2021, a APIN aparece com a água não faturada em percentagem de 56,9%, quando



a média nacional é 28,7%. Informo que a APIN se recusou a informar quais são as perdas reais da água nos 11 concelhos e também não fornece informações a nível de cada concelho, contudo existe um estudo que aponta que cerca de 73% dos 56,9% sejam, de facto, perdas reais. O Sr. Presidente referiu que "tomaríamos nós" que as perdas fossem de 497 litros por ramal por dia, mas se assim fosse e conforme o relatório apresentado, esse valor seria o segundo mais alto do País, só ultrapassado pelo município de Terras de Bouro, sendo a média nacional de Portugal Continental 125 litros por ramal por dia. Solicitou ao Sr. presidente esclarecimentos sobre esta matéria e questionou sobre a falta de respostas, pela APIN, no que se refere à ocorrência de falhas no abastecimento, às respostas a reclamações e sugestões, à rentabilização do parque de viaturas e à ocorrência de avarias em condutas.-----

**Sérgio Pedroso**, cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente o porquê de nesta Assembleia ter sido facultada a informação financeira à data de 31 de março de 2022 quando já na Assembleia Municipal anterior esta informação foi prestada com data de 31 de maio de 2022. -----

**O Senhor Presidente da Câmara**, usou da palavra para informar que o Regulamento do Património Arbóreo é um processo novo que está a ser desenvolvido da melhor forma, e do qual fazem parte algumas sugestões e contributos dados sobre esta matéria. Informou ainda que a CIM, no sentido de apoiar os municípios e de criar alguns critérios e uma metodologia mais homogénea, fez chegar recomendações e orientações sobre este assunto. No que se refere aos jardins dos paços concelho, informou que a manutenção é feita pela empresa ARCILVERDE, reconhecendo, contudo, que existem questões que carecem de intervenção mais profunda e que já se encontra prospetivada uma intervenção mais substantiva. Relativamente ao projeto do Metro citou. "não é só uma realidade existente no papel, de facto, as coisas estão a andar no sentido que todos desejamos. "Relativamente às invasoras,

AG  
L  
PX



AF  
4  
9

informou que tem sido desenvolvido algum trabalho reconhecendo que, ainda não é o suficiente e destacou a existência de duas novas candidaturas no sentido de contribuírem com meios para realizar as ações. No que se refere a formação dos trabalhadores, informou que tem existido, nomeadamente no que diz respeito às intervenções nas correções de património arbóreo. Comunicou ainda que até a data, a Câmara tem recorrido a prestadores de serviço devidamente certificados para a realização destas ações. Em resposta às questões do senhor deputado **António Gonçalves** referentes à variante 342, informou que têm sido reportadas por escrito, à Infraestruturas de Portugal, todas as necessidades de intervenção. Quanto à Quinta das Nogueiras, para além da informação já prestada, não existe mais nenhum elemento a acrescentar. Em resposta às questões do senhor deputado **João Curvelo** informou que a água não faturada, nomeadamente as perdas em termos de rede, foi um dos motivos que levou à criação da empresa intermunicipal APIN para assim aceder a fundos que façam face a esta situação. Relativamente à disponibilização da informação pela empresa, informou que irá verificar, contudo, conforme referiu na primeira intervenção o valor de perdas para o concelho da Lousã, era na ordem de 40%. Relativamente a perda dos 497 litros de água, esclareceu que não percecionou ser por ramal, mas, sendo por ramal tem outro significado. Respondendo a intervenção do senhor deputado Sérgio Pedroso pediu desculpa, pela gralha informou que onde se lê a 31 de março deverá ler-se 31 de agosto. -----

**PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Apreciação do Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económico-financeira referente ao primeiro semestre de 2022 (doc. nº 5 (cinco)).-----

**INSCRIÇÕES:** Sérgio Pedroso, Luis Martins.-----



**Sérgio Pedroso**, tomou a palavra e cito: Senhor Presidente segundo o relatório do ROC a 30/06/2022 ficámos incrédulos quando deparados com o valor verificado ao nível do Resultado Líquido! Cerca de 2.314.776 € negativo. Se compararmos com igual período de 2021 onde este tinha sido de 1.683.777 € negativo temos uma variação de 630.999 €. Sabemos que a transferência de competências, o gasto com a eletricidade, gás e combustíveis tem muito a ver, mas pode explicar nos a que se devem valores como 1.528.759 € na rubrica transferências e subsídios concedidos bem como 2.365.685 € na rubrica de Gastos com pessoal? Se são gastos já incorridos por causa da transferência de competências parece nos que deveria estar explicado que faltam receber transferências por parte do poder central e com isso o resultado não irá ser esta desgraça! Será assim? Ou será que a APIN também está a contribuir para estes números? Será que a constituição desta empresa foi mesmo benéfica para as contas dos municípios aderentes? Ponho assim a questão pois se este resultado continuar como está ou até mesmo se avolumar muito mal vamos estar! Mas não queremos acreditar nessa situação. Em relação à análise orçamental do Município, verificamos infelizmente que a execução na sua generalidade se encontra abaixo do orçamentado onde a execução da despesa total com cerca de 71,44 % é na nossa opinião uma execução baixa e mesmo a da receita total com cerca de 84,19 % de execução também ela baixa pois até está situada abaixo do indicador dos 85 % indicador este que é o limite para que se desencadeiem os mecanismos de alerta definidos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Apesar de ser um indicador que apenas poderá ser efetivamente avaliado no final de cada exercício, alerta-se mesmo assim o município para este facto. Neste ponto vimos solicitar ao Sr. Presidente que se pronuncie, e porque achamos que são desvios consideráveis, em relação ao orçamentado para a receita sobre o desvio de cerca de 1.141.440 € relativamente às transferências de capital que sabemos estar relacionado com o não recebimento dos financiamentos acordados com Entidades Estatais e, sobre o desvio de 1.833.763 € na aquisição de bens

17  
14  
14

AF<sup>c</sup>  
L  
g

*de capital, o desvio de 203.552 € na transferências de capital o desvio de 386.995 € nas despesas com o pessoal e o desvio de 548.539 € na aquisição de bens e serviços no que diz respeito ao orçado para despesas."-----*

**Luis Martins**, cumprimentou todos os presentes e começou por fazer uma apreciação resumida, ao relatório do revisor oficial de contas referente ao primeiro semestre 2022. Referiu que os pressupostos desta informação financeira e de acordo com a lei n.º 73/ 2013, o município não está obrigado à apresentação de demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30 de junho de 2022. Citou: *"No que diz respeito à componente patrimonial e no que respeita ao balanço e à demonstração de resultados, há de facto um aumento das rubricas operacionais nas despesas de fornecimentos e serviços externos, nos gastos com o pessoal e nas transferências dos subsídios concedidos. Isto é consequência direta do contexto socioeconómico que estamos a viver. Na análise financeira e reportando à análise do ROC, os rácios financeiros continuam a ser bastante positivos, consequência direta da gestão equilibrada que o Executivo faz ao longo destes últimos anos. Quanto à sua execução orçamental e no que diz respeito ao período de referência em termos globais e aritméticos, a sua execução, apresenta-se positiva, sendo que, na sua generalidade, a sua execução da receita e da despesa está abaixo do que orçamentado, cumprindo integralmente a regra do equilíbrio orçamental previsto nos termos da lei n.º 30 de 6 de junho de 2022."-----*

**O Senhor Presidente da Câmara** começou por solicitar ao deputado Sérgio Pedroso esclarecimento sobre as questões que apresentou, para posteriormente prestar a informação mais concreta relativamente àquilo que apresenta como desvio no que diz respeito às transferências e subsídios concedidos. Continuou referindo que de acordo com a reunião tida, depois da submissão do relatório do ROC a esta assembleia, os revisores oficiais de contas não indicam nenhuma ressalva, a não ser aquela que está claramente



identificada. No que diz respeito a APIN e relativamente à transferência já efetuada este ano, esta significa um terço deste 1,5 milhões €, encontram-se neste valor, ainda vários apoios e transferências para outras entidades, nomeadamente as transferências para as juntas de freguesia, dentro daquilo que está contratualizado. O gasto com pessoal é consequência da agregação dos trabalhadores da área da educação.-----

**PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- Apreciação E votação da ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da empreitada de beneficiação do Museu Carlos Reis/ Casa da Lagartixa. (doc. nº 6 (seis)) -----

**INSCRIÇÕES:** António Gonçalves.-----

**António Gonçalves**, interveio questionando o Sr. Presidente se os quadros adquiridos vão ser expostos neste museu. -----

**O Senhor Presidente da Câmara**, esclareceu que a compra dos quadros foi para juntar a outros, do mesmo autor e que já eram da propriedade da Câmara, estes encontram-se na unidade de cultura e a validação da sua aquisição e o respetivo preço foi feito por técnicos que têm conhecimento e competência para tal.-----

Colocada à votação a ratificação da autorização prévia para repartição de encargos plurianuais e para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da empreitada de beneficiação do Museu Carlos Reis/ Casa da Lagartixa, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados.-----

**PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

AF  
R



Adf.  
g

- Apreciação E votação da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis IMI para o ano de 2023 (doc. nº7(sete)).-----

**NSCRIÇÕES:** António Gonçalves, Margarida Correia, Sérgio Pedroso, Luis Martins, Joel Fernandes e Nelson Lopes.-----

**António Gonçalves** Interveio dizendo que iriam votar contra esta proposta. Referiu que só Vila Nova de Poiares tem uma taxa de IMI mais alta que a Louçã e é por dívidas ou por um passivo bastante grande. No mesmo patamar que a Louçã está a Figueira da Foz, esta última, também, por dívidas altas. Quanto à Louçã, referiu que quanto se saiba, não têm dívidas, então não vê porque não reduzir a taxa de IMI.-----

**Margarida Correia**, cumprimentou todos os presentes e cito "O que estamos aqui hoje a debater é o esforço do município em manter a taxa de 0,40, o que, por si só, no contexto atual de maior dificuldade económica, afeta já hoje as famílias e impacta também um organismo como é a autarquia, tem também esta sensibilidade para com as famílias e esta situação que vive já hoje e que se prevê ainda um possível agravamento no futuro. Para esse efeito concorre também a aplicação do IMI familiar. Não parece despiciendo também referir a importância que é dispor de meios para afetar apoios, é para isso que serve essa receita e para fazer face àquilo que se prevê poderem ser também o aumento das solicitações. E, na minha humilde opinião, esta é uma gestão financeira adequada e responsável, que nos tem permitido, ao longo dos últimos anos, prosseguir políticas públicas de desenvolvimento e assegurar a conclusão de projetos de investimento cofinanciados".-----

**Sérgio Pedroso**, tomou a palavra e cito: "Senhor Presidente mais uma vez vimos discutir o IMI! E mais uma vez vimos afirmar que a taxa de IMI aplicada pelo Município à sua População deveria aliviar. Sabemos e temos consciência que o IMI é o imposto que mais financia a autarquia e que a autarquia precisa e



muito de financiamento, mas num ano que se avizinha muito difícil para as famílias achamos que o Município deveria ter feito um esforço e permitir-se aligeirar esta taxa! Lendo o documento que nos chegou às mãos parece-nos que o Município até está a fazer um favor aos Lousanenses em manter esta taxa nos 0,4% e passamos a citar: "Atendendo à complexidade da gestão do presente ano e das perspetivas económicas futuras, o esforço do Município de manter as taxas de IMI para o ano de 2023, ..." então perguntamos e as famílias não vão ter também elas uma complexidade de gestão e perspetivas económicas futuras complicadas nas suas Vidas? Sabemos que a autarquia através de apoios sociais já contribui para com os Seus Municípes, mas será o suficiente, será que estão a ser bem empregues estes apoios? Sabemos também que o município aplica o IMI familiar, ou seja, a redução em 20 € a quem tenha 1 filho; 40 € a quem tenha 2 filhos; e 70 € a quem tenha 3 ou mais filhos, mas será que chega? Somos da opinião que não! Até o próprio poder central se vê na obrigação de passar um cheque à sua população como é que o poder local não vê a obrigação de ajudar a sua? Se não considerarmos o concelho de Vila Nova de Poiares que aplica a taxa máxima, mas para isso foi obrigado, continuamos a ser o concelho que aplica a taxa mais alta no distrito, e se olharmos para os restantes concelhos do país com a mesma dimensão do nosso, também aí vemos que o nosso é quem aplica uma taxa bem mais alta. O que nos tem a dizer em relação a esta situação Senhor Presidente? Nós sabemos Senhor Presidente, e infelizmente, que o Município da Lousã está muito dependente destas receitas fiscais e comparando com municípios de pequena dimensão como é o nosso, que as receitas fiscais no total de receitas representam cerca de 16,1 % nestes, enquanto que no Município da Lousã representam cerca de 25,1 %. Pode dizer nos o que prevê fazer para inverter esta situação? Será que não está mais que na hora de por em prática medidas que poderão aumentar a receita e ao mesmo tempo outras que poderão diminuir a despesa? Vai ter em atenção às medidas/propostas lançadas no Relatório Final sobre a avaliação da



AJ.  
h  
g

sensibilidade da receita a alterações na política fiscal do município da Louçã efetuado pela Bdux Consulting? Por estes motivos, sim, somos da opinião e iremos sempre defender uma baixa desta taxa. Se calhar e por ser uma proposta já há muito reivindicada pelo PSD é que o executivo não está na disposição de a baixar? Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP "É Hora de Mudar" irá votar contra o ponto 3.4. -----

**Luis Martins**, interveio citando "Temos que avaliar sobretudo o papel e a responsabilidade da autarquia no cumprimento das suas funções sociais e económicas para com os seus munícipes, para com as empresas, para com os seus colaboradores e demais entidades que residem, trabalham e visitam o nosso concelho. Quando se elabora e em seguida se executa um orçamento, o foco é sempre atender e satisfazer as necessidades das nossas pessoas e do nosso concelho. Enquanto munícipe dou muito valor a algumas valências que este município nos oferece e vou dar só alguns exemplos práticos, ir trabalhar com a segurança de que os meus filhos estão em conforto na escola, mesmo além do horário escolar. Saber que há apoio de transporte escolar para quem necessita. Saber que há refeições a preços acessíveis para todas as carteiras de toda a nossa comunidade escolar. Saber que o primeiro ciclo tem apoio em material escolar. Ter o conforto, que todos nós temos e os nossos familiares dentro do concelho, várias opções de atividade de carácter desportivo, social ou cultural, no apoio às demais associações e entidades do concelho. Na manutenção das infraestruturas municipais, tantas e tantas mais e que agora crescem com a responsabilidade, fruto da tão famosa delegação de competências para as autarquias. Para cumprir com estas valências que são tão importantes no dia a dia de todos nós, há que dar ainda mais ênfase nestes tempos que correm, ao equilíbrio financeiro. E é preciso manter, volto a frisar, manter e continuar o rigor no equilíbrio financeiro nas contas da autarquia. Nenhuma destas rubricas de receita e posso já dizer, o IMI, a derrama ou o IRS estimável que tenha uma variação positiva no que respeita à



cobrança de 2023. Não são impostos que acompanham inflação, antes pelo contrário. A proposta que nós temos nesta assembleia, é para manter as taxas iguais a exercícios anteriores. Do lado da despesa, a gestão da autarquia vai ser ainda mais árdua e difícil. Além das delegações de competências para autarquias da fase de mitigação de COVID, a cresce agora, e nos próximos anos a inflação e os custos provocados pela crise económica. Dado este contexto social económico, baixar impostos e suportar a despesa sem o rigor e a capacidade de equilíbrio é que num curto espaço de tempo, estamos a tirar aos nossos munícipes valências e ações que nós precisamos. Uma última nota este município sempre contribuiu para o Fundo de Apoio Municipal. Não vamos querer agora que seja município que usufrua desse mesmo Fundo." -----

**Joel Fernandes**, tomou a palavra referindo que numa assembleia passada, em que se tratou a questão fiscal dos três pontos analisados de seguida, argumentou, que um dos pontos que levava à votação do Partido Socialista era a questão da consciência social, na perspetiva dos recursos que a autarquia necessita para poder aplicar naqueles que mais precisam. Este pressuposto de consciência e responsabilidade social no sentido desta justa distribuição de recursos de que ninguém pode ficar para trás, mantém-se. Atualmente e no contexto que vivemos, nunca houve tantos fatores económicos universais a pressionar ao mesmo tempo, de uma crise global, uma inflação galopante, uma guerra na Europa, um mercado imobiliário que começa a dar sinais de fragilidade, problemas que contribuem certamente para a incerteza dos tempos que aí virão. O Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente esta questão, sempre apelando ao bom senso, a uma constante reavaliação de medidas e também a que as medidas mais corretas sejam aplicadas nos tempos mais corretos. -----

AT  
h  
Dr

**O Senhor Presidente da Câmara**, usou da palavra fazendo referência ao IMI familiar e informou que os montantes estão fixados e que o Município da Lousã foi dos primeiros a aderir a esta modalidade. Em 2013, o Município da Lousã, alterou a sua prática relativamente à taxa de IMI que até então foi sempre fixada no máximo, vigorando essa alteração até hoje. Com isto, o município da Lousã, naquilo que diz respeito à contribuição dos proprietários de imóveis no concelho, abdicou de cerca de 3 milhões €. Referiu ainda que no que diz respeito ao IRS, o município alterou em 2016, com efeito, a 2017 também a sua prática até então e fixou em vez dos 5%, 4% de participação variável no IRS, abdicando de meio milhão de euros de receita até hoje, o que dá em média 100.000€ por ano. Comunicou ainda que o município está consciente da necessidade de otimizar receitas, uma vez que no contexto que vivemos a contenção de despesas já é um bom objetivo àquilo que diz respeito às grandes rubricas, nomeadamente no que refere à energia. Neste momento a energia é um elemento que absorve um valor acrescido das receitas da Câmara Municipal. De 2021 para 2022, a Câmara teve um aumento de custo de 600.000 € em eletricidade e gás e neste momento está a decorrer uma contestação a um aumento que foi notificado pelo fornecedor de gás, em que pretende imputar mais um aumento de 54%. Referiu ainda que a receita numa instituição como a Câmara Municipal implica, uma atualização de preços dos bens e serviços que a Câmara fornece aos seus munícipes. Deu como exemplo as instalações da piscina municipal gastavam por ano 60.000 € de gás e neste momento, o valor para o mesmo período é superior a 160.000 €, sem contar com o aumento de mais 54%. Sendo que os preços praticados aos utentes da piscina são os mesmos. Terminou referindo que esta posição é a que se considera mais adequada no que diz respeito à gestão global da autarquia.

-----  
-----

AJ  
@h

Colocada à votação a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis IMI para o ano de 2023, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor do PS, e 9(nove) votos contra do BE e do PPD/PSD.CDS/PP. -----

**PONTO 3.5 DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

- Apreciação e votação da participação variável no IRS para o ano de 2023 (doc. nº 8 (oito)). -----

**INSCRIÇÕES:** Sérgio Pedroso, Luis Martins. -----

**Sérgio Pedroso**, interveio e cito: "Voltando a repetir-nos, já no passado explicámos que neste ponto importa aos munícipes saberem que se está a falar de uma participação variável no IRS entre 0,00% e 5,00% por parte do Município, ou seja, estamos a apreciar e a votar se o município quer ficar com parte de valor de uma possível dedução no IRS por parte do sujeito passivo ou não. Caso o Município aplique a taxa de 4% que é o caso então o sujeito passivo tem 1% de dedução no IRS. Sendo que o IRS é um imposto progressivo e que muitos infelizmente nem sequer ganham para pagar ou serem reembolsados achamos este um assunto não tão importante quanto o do IMI ou mesmo da Derrama, mas entendemos que o município, e sempre cientes do que está em causa, poderá aliviar um pouco as carteiras de alguns lousanenses se optar por baixar esta participação, e somos sempre a favor disso e, portanto, iremos votar contra o ponto 3.5." -----

**Luis Martins** usou da palavra e cito: "O IRS é uma participação de 5% onde nós podemos prescindir parte e a Câmara prescindiu de 1%. Aquilo que eu convido, os senhores deputados e os munícipes que leem esta ata é que vejam na vossa nota de liquidação de IRS, o que é que cabe para a autarquia e irão perceber facilmente que os rendimentos maiores são os mais penalizados. Portanto, isto é uma questão social, nós podemos estar numa taxa de 4%, sendo que estes, representam a tributação de quem tem rendimentos maiores." -----

AX  
RE

Colocada à votação a participação varável no IRS para o ano de 2023, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor do PS, e 9(nove) votos contra do BE e do PPD/PSD.CDS/PP.

**PONTO 3.6 DA ORDEM DE TRABALHOS:**

- Apreciação e votação sobre o lançamento de taxas de derrama para o ano de 2023 – (doc. nº 9(nove)).

**INSCRIÇÕES:** António Gonçalves, Sérgio Pedroso, Nelson Lopes.

**António Gonçalves**, tomou a palavra e comunicou que iria prescindir da intervenção, contudo disse: "estamos atentos que a sua ordem é sempre a mesma. O último deputado a falar é sempre do Partido Socialista. Parece que há aqui uma forma de contornar para que o Partido Socialista tenha razão e que possa responder a todas as questões."

**Sérgio Pedroso**, interveio e cito "Neste ponto, em primeiro lugar dar os parabéns a todas as empresas instaladas no concelho e desejar os maiores sucessos. Todos sabemos que têm sido anos atípicos, primeiro com a Pandemia e agora com a Crise Mundial e mais concretamente Europeia com a guerra vivida na Ucrânia e que o futuro se mostra incerto o que complica e muito a gestão das empresas, mas um dado certo que poderão já contar é que o Município da Lousã não irá baixar a taxa de Derrama. Tudo já foi dito nas intervenções anteriores, mas voltando a afirmar o que ao longo dos anos temos vindo a defender, para fixar empresas e empresários na Lousã devemos tentar ser mais atrativos. Neste momento o Município da Lousã aplica uma taxa de 1,3% e apesar de não ser a taxa mais elevada entendemos que o Município e mais uma vez cientes do que está em causa, deveria tentar baixar esta taxa para tentar atrair ainda mais empresas e com isto mais postos de trabalho e logo mais habitantes. Sabemos que o Município já isenta cerca de 193 sujeitos passivos contra os 154 do ano anterior (aqueles que apresentam um volume de negócio inferior a 150.000 €) mas também sabemos que tributa



à taxa de 1,30 % cerca de 196, 198 em 2021. Portanto sabemos que neste momento existem cerca de 389 empresas em sede de IRC instaladas no concelho, mais 37 do que no ano anterior e dou desde já os meus parabéns, mas pelos valores do volume de Negócios as que cresceram são as que não contribuem com esta taxa. Sabemos que existe já um Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município, perguntamos ao Presidente quantas empresas já se instalaram e aproveitaram destes incentivos através deste Regulamento? Segundo o estudo feito que nos foi apresentado indicam 6 cenários possíveis sendo que o da taxa máxima (1,5%) a aplicar está fora de questão pois iria tributar todos os sujeitos passivos independentemente do volume de negócios e neste o valor estimado da receita ascenderia aos 917.792,26 €; Sabemos que neste momento com os incentivos que estão a ser praticados a despesa fiscal é de 155.151,47 €, se a taxa de 1,30% baixar sabemos que a despesa fiscal irá aumentar na sua proporção, mas mais uma vez perguntamos, e nisso o estudo que nos apresentam não nos diz o que lamentamos, é o Custo/Benefício que uma baixa deste imposto irá trazer para o Município. Será que o custo/benefício não será vantajoso para o Município? Não será uma mais-valia para que mais empresas, se estabeleçam no nosso concelho e com isso tragam mais riqueza ao concelho? Por estes motivos somos da opinião de baixar esta taxa de derrama. Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP “É Hora de Mudar” irá votar contra o ponto 3.6.”

**Nelson Lopes**, cumprimentou todos os presentes e interveio cito:” de acordo com a lei, os Municípios podem lançar uma taxa de Derrama a incidir sobre o lucro tributável das empresas e a mesma deve ser fixada anualmente. A proposta que nos é apresentada consiste em manter a taxa que foi fixada para este ano, ou seja, uma taxa de derrama de 1,3% sobre o lucro tributável e com a isenção total para empresas com um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, isenção esta que abrange cerca de metade das



A7

L  
g

empresas instaladas no Concelho. Dito de outra forma, esta percentagem de derrama não incide sobre as empresas que não apresentem lucro tributável no exercício económico, nem sobre as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros. Por isso, entendemos que se trata de uma proposta adequada, de continuidade, ou seja, promove a estabilidade fiscal e que tem em conta as características do nosso tecido empresarial, pois, como já referi, tem a preocupação de isentar e dessa forma apoiar as empresas de menor dimensão, ou seja, aquelas que estão ou que se venham a instalar no Concelho e que apresentem um volume de negócios inferior ou igual a 150 mil euros. Tal como as receitas resultantes da taxa de IMI ou da participação variável no IRS, a derrama constitui também ela uma receita própria do Município que será igualmente aplicada neste Concelho e não em outro qualquer Concelho do País. E por isso, representa também uma verba fundamental para que o Município continue a investir na melhoria de condições para a fixação e crescimento das empresas, no essencial apoio ao comércio local e na promoção e desenvolvimento do nosso território."-----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e referindo-se às empresas que já usufruíram de incentivos, nomeadamente aquelas que estão abrangidas em termos de cedência de terrenos, informou que está em fase de conclusão um processo que de acordo com os critérios estabelecidos, conseguirá usufruir de uma maior amplitude de incentivos. No que diz respeito à taxa da derrama realçou a questão da isenção para cerca de 50% das empresas, apoiando aquelas que têm características, merecedoras de maior atenção no que diz respeito a esta isenção. Num contexto mais exigente de uma pandemia e de uma guerra, o facto de existirem mais 37 empresas é também um dado relevante, do entendimento destes empreendedores relativamente a estas taxas. Terminou a intervenção, referindo-se ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo a 2020, onde o município da



Lousã regista um nível de independência financeira superior à média dos municípios de pequena dimensão.-----

Colocada à votação o lançamento de taxas de derrama para o ano de 2023, foi aprovada por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e do BE, e 8 (oito) votos contra e do PPD/PSD.CDS/PP.-----

**PONTO 3.7 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- Apreciação E votação da taxa municipal de direitos de passagem; (doc. nº 10 (dez)).-----

**INSCRIÇÕES:** Não houve.-----

Colocada à votação a taxa municipal de direitos de passagem, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados.-----

**PONTO 3.8 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

Apreciação e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 – (doc. nº 11 (onze)).-----

**INSCRIÇÕES:** Não houve-----

Colocada à votação a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2022 foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor do PS, e 9(nove) abstenções do BE e do PPD/PSD.CDS/PP.-----

**PONTO 3.9 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

Apreciação e votação relativamente ao exercício de direito de preferência na venda de 75,76% da quota que detém da Empresa Emequatro – (doc. nº 12 (doze)).-----

**INSCRIÇÕES:** Não houve-----

Colocada à votação o exercício de direito de preferência na venda de 75,76% da quota que detém da Empresa foi aprovada por maioria, com 15

Handwritten signature



(quinze) votos a favor do PS, e 9(nove) abstenções do BE e do PPD/PSD.CDS/PP. -----

**PONTO 3.10 DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Apreciação e votação da proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Vaqueirinho e de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia da Silveira de Baixo – (doc. nº 13 (treze)). ----

**INSCRIÇÕES:** Santinho Antunes, Nelson Lopes -----

**Santinho Antunes**, iniciou a sua intervenção citando: "queremos apenas aqui fazer a distinção daquilo que vai ser uma votação relativamente à proposta de limitação de uma área da reabilitação urbana nestas duas aldeias. Ou seja, aquilo que parece ser a promoção e a recuperação das aldeias, daquilo que poderá ser posteriormente a isto, a ocupação das áreas abrangentes, envolventes a estas aldeias. E questiono, o senhor presidente, se tem conhecimento de alguma situação de empresas, que tenham interesse em adquirir uma área significativa da Serra da Lousã, pois consideramos que a Serra da Lousã, deve sim ser tratada como património da Lousã e por isso mesmo acompanhada, tal como é privada a área histórica da Lousã e não é por isso que não é vendida e protegida pela Câmara Municipal." -----

**Nelson Lopes**, usou da palavra dizendo: "A proposta de criação de mais duas áreas de reabilitação urbana, que se vem juntar às 13 já existentes, é uma boa notícia para a Lousã e evidencia mais uma vez a forte aposta deste Executivo neste domínio. Como sabemos, estas áreas de reabilitação urbana conferem, a quem reabilitar os seus imóveis, diversos benefícios fiscais em sede de IMI, IMT, IRS e IVA, possibilitam ainda incentivos financeiros e apoio técnico por parte da Autarquia e facilitam também eventuais candidaturas a linhas de financiamento. Com esta aprovação e porque nunca é demais referir, a Lousã passa contar com 15 Áreas de Reabilitação Urbana, que asseguram a cobertura da maior parte das zonas urbanas mais consolidadas, bem como as

A7  
b  
g



aldeias de xisto, incentivando desta forma a reabilitação urbana por todo o Concelho, o que vai ao encontro de um dos grandes Pilares da Estratégia Nacional da Habitação. "Terminou a intervenção referindo que após visitar o site da autarquia não encontrou referências às duas áreas aprovadas em assembleia de fevereiro e questionou se isso é um mero lapso ou se falta algum procedimento legal para que as mesmas possam ser divulgadas no site da autarquia.-----

**O Senhor Presidenta da Câmara**, usou da palavra para informar que as áreas de reabilitação urbana, são para as áreas urbanas. Relativamente a outras operações ou negócios, não tem qualquer conhecimento. No que diz respeito à observação colocada pelo deputado Nelson Lopes, agradeceu o alerta, uma vez que é de todo o interesse da autarquia que a informação esteja acessível a todos. -----

Colocada à votação a proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana para a aldeia do Vaqueirinho e de uma Área de Reabilitação Urbana par a aldeia da Silveira de Baixo, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados ----

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA:**-----

**A Senhora Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PPD/PSD.CDS/PP e BE quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e cinquenta minutos.-----

AA  
L  
P



A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins